

RADAR LAI: UMA SISTEMATIZAÇÃO SOBRE PUBLICAÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Caroline Fraga Leimann, Karin Vieira da Silva, Paula Chies Schommer

INTRODUÇÃO

A transparência e o direito de acesso às informações públicas são relevantes para que os cidadãos tenham acesso a outros direitos e a serviços públicos. A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) (Brasil, 2011) é um dos marcos da relação entre Estado e sociedade e da democracia no Brasil.

Um exemplo do uso da LAI como caminho para o direito à moradia digna e segura é o do coletivo de mídias Redes dos Beberibe, que utiliza as prerrogativas e canais previstos nessa Lei para demandar informações do Poder Público a respeito de áreas de riscos e as medidas para mitigá-los em bairros das cidades de Recife e Olinda, no estado de Pernambuco (Redes do Beberibe, 2024). O trabalho desse coletivo foi apresentado, por meio de vídeo produzido pelo jornalista Victor Moura, durante o Encontro Internacional Equigov - Equidade nos Serviços Públicos por meio de Governos e Parlamentos Abertos. O evento ocorreu em outubro de 2024 e foi realizado pelo grupo de pesquisa Politeia, da Udesc Esag, em parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) e mais 12 organizações parceiras, contando com a presença de pesquisadores de diversos países. O Encontro faz parte de projeto de pesquisa sobre *accountability* e equidade em serviços públicos. As práticas, debates e reflexões do evento foram sistematizadas em livro organizado por Schommer, Klein, Braun Neto, Peters e Correa (2025). As bolsistas de iniciação científica do Politeia e estudantes de administração pública da Udesc Esag participaram ativamente da organização do evento.

Outro estudo desenvolvido pelo grupo Politeia, em parceria com a Controladoria-Geral da União, CGU, o Sebrae e a organização da sociedade civil Fiquem Sabendo, é o Radar LAI, idealizado e realizado no âmbito de grupo de trabalho no Conselho Nacional de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção, CTICC, da CGU. O Radar LAI busca sistematizar e divulgar fontes e achados relevantes de pesquisas sobre acesso à informação e transparência pública entre 2011 e 2024 (Radar LAI, 2025).

No recorte ora apresentado neste trabalho, busca-se sintetizar os achados em publicações técnicas sobre o acesso à informação e a aplicação da LAI, a partir de informações sistematizadas em uma planilha e exibida em painel em PowerBI com as informações coletadas e sintetizadas.

DESENVOLVIMENTO

O estudo Radar LAI, em seu recorte que focaliza relatórios técnicos a respeito do acesso à informação e implementação da LAI no Brasil, com participação direta da bolsista, foi dividido em quatro etapas: (a) seleção das instituições; (b) seleção das publicações técnicas; (c) análise das publicações; e, (d) desenvolvimento de um relatório técnico e um painel no PowerBI. Para a seleção de instituições, o critério foi de que elas fossem vinculadas ao fórum de acesso a informações públicas e que possuíssem publicações técnicas com foco na LAI entre os anos de 2015 e 2024.

Na seleção das publicações, foi realizado um filtro inicial que buscava publicações com ligações ou palavras-chaves, quando disponível, relacionadas a “acesso à informação” ou “lei de acesso à informação” ou “LAI”. Após essa etapa, foi realizada a leitura de todas as publicações encontradas, e foram selecionadas as que possuíam o foco no uso da LAI, em sua

implementação ou sua origem. Após a separação e análise, foi montado uma planilha, cujas informações são utilizadas em um painel.

RESULTADOS

A análise dos documentos teve como resultado uma planilha no *Google Sheets*, na qual foram categorizadas as instituições que realizaram a publicação, os temas principais, a finalidade, sua origem e os objetivos de cada publicação.

Foram encontradas 75 publicações entre 2015 e 2024, e foi realizada uma análise de temas presentes em cada ano. Em 2015, primeiro ano analisado, os temas centrais foram relacionados à segurança pública e ao saneamento básico. Enquanto em 2016, a violência foi um tema destacado, junto de análises sobre a transparência no Judiciário. No ano seguinte, 2017, a segurança pública e o acesso à informação nos tribunais de justiça foram destaque.

Em 2018, as publicações trataram do sigilo previsto na LAI, do aborto, da própria Lei de Acesso à Informação e da transparência ativa. O tema do sigilo continuou em 2019, em conjunto com discussões sobre os sistemas eletrônicos de acesso à informação (e-SIC), a LAI, obras públicas, remuneração de servidores e o transporte de servidores da Prefeitura de São Paulo. No ano de 2020, destacaram-se os temas relacionados ao acesso à informação durante a pandemia de COVID-19 e à remuneração dos servidores públicos. No ano seguinte, 2021, as publicações abordaram a Lei Orçamentária, o direito à informação, as terras quilombolas, a atuação da FUNAI, além de temas como dados abertos e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O foco de 2022 foi a comemoração aos 10 anos da LAI e uma publicação com foco na LGPD. O tema da remuneração dos servidores reapareceu, assim como análises sobre respostas e negativas no âmbito da LAI. No penúltimo ano analisado, 2023, as publicações se concentraram nos desafios da transparência, no direito de acesso à informação e na liberdade de expressão. Já em 2024, último ano analisado, os temas abordados incluíram direitos humanos, dados abertos, transparência passiva, jornalismo e recomendações de transparência para prefeituras.

Com as informações coletadas e padronizadas na planilha, os dados foram compartilhados com o Sebrae para o desenvolvimento um painel *PowerBi*, que está disponível no site Udesc Esag, grupo Politeia (Radar LAI, 2025) e será lançado e difundido a partir de setembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo gerou uma base de dados vasta para estudiosos do assunto. O painel facilita a localização das publicações técnicas, pois o pesquisador pode buscar, de forma rápida e prática, via ferramenta, o tipo de publicação de seu interesse, os temas, as finalidades, os anos, os autores e os títulos de cada publicação.

Ainda, foi realizada uma análise após a leitura dos textos, sendo classificadas as publicações no caso de apresentarem os desafios no acesso à informação e quais não apresentam, pela leitura prévia realizada. Com isso, o resultado da pesquisa facilita o acesso a essas informações e dá destaque às publicações técnicas das instituições.

O estudo terá continuidade em 2025 e 2026, com inclusão de outros termos de busca, fontes de dados e análises. Será possível aprimorar os métodos de coleta, sistematização e divulgação dos dados, como parte do trabalho colaborativo de pesquisa, em construção.

Palavras-chave: Acesso à informação; Lei de Acesso à Informação; Publicações técnicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa. **Lei de Acesso à Informação.** Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso: 15 set. 2025.

FÓRUM DE DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS. **Institucional.** Disponível em: <<https://informacaopublica.org.br/>>. Acesso em: 5 set. 2025.

RADAR LAI. **Direito à informação pública e a implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil: o que revelam as pesquisas (2011 a 2024).** Grupo de Pesquisa Politeia. Disponível em: <<https://www.udesc.br/esag/radarlai/painel>>. Acesso em: 5 set. 2025.

REDES DO BEBERIBE. **Vídeo de apresentação no Encontro Internacional Equigov.** Politeia Udesc Esag. Canal YouTube, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ViO5z6mel0s>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SCHOMMER, Paula Chies; KLEIN, Gisiela; BRAUN NETO, Jorge; PETERS, Larice Steffen; CORREA, Laura Josani Andrade. **Encontro Internacional EquiGov 2024 – equidade nos serviços públicos por meio de governos e parlamentos abertos: relatos e reflexões.** Florianópolis, SC: Imaginar o Brasil Editora, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1VYfNwpTlyseT-COChHRn6NC-kiV9P6dN/view>

DADOS CADASTRAIS

BOLSISTA: Caroline Fraga Leimann

MODALIDADE DE BOLSA: PROBIC/UDESC (IC)

VIGÊNCIA: 08/2024 a 08/2025 – Total: 12 meses

ORIENTADORA: Paula Chies Schommer

CENTRO DE ENSINO: ESAG

DEPARTAMENTO: Administração Pública

ÁREAS DE CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas / Administração Pública

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: Coprodução, *accountability* e inovação: dilemas e perspectivas na administração pública contemporânea

Nº PROTOCOLO DO PROJETO DE PESQUISA: NPP94/2023